



ANS



APG/GNR

AOFA



Associação de Oficiais das Forças Armadas

AOFA



ASPPM



AP

Continuar a Lutar por uma Causa Justa!

Pelo Decreto-Lei nº 65/2019, de 20 de Maio, ontem publicado, materializou-se o que antes já havíamos denunciado como uma verdadeira mistificação do problema, com a apresentação de números divergentes, usados a bel-prazer por quem os apresentou, com o intuito claro e objectivo de confundir os cidadãos, evitando enfrentar com coragem e rigor as possíveis soluções para todos os profissionais, dos mais diversos sectores de actividade, que viram as suas carreiras congeladas, numa clara atitude de fuga à intenção de ver corrigidas as consequências do tempo de serviço que esteve congelado.

No texto apresentado, o diploma em si é injusto, mas também cria outras injustiças, não só para aqueles que são abrangidos pelo seu conteúdo, como também para aqueles que durante o período do congelamento transitaram para a situação de Reserva/Reforma.

Porém, como sempre o têm referido, as estruturas signatárias não desistem de lutar pelas soluções mais justas e exequíveis para os profissionais destes sectores de actividade, de modo a evitar a destruição da carreira de todos aqueles que um dia juraram dar a vida, se necessário, em defesa da soberania e independência nacionais e da segurança e integridade de todos os seus concidadãos.

Para além de não se terem colocado no plano da impossibilidade com vista à resolução do problema, avançando com exigências irresponsáveis, sempre se afirmaram (e reafirmam) disponíveis para que, em processo negocial, se encontre o melhor modo e prazo para a recuperação do tempo de serviço que esteve congelado, cumprindo desta forma o preceituado na Lei.

A publicação deste Decreto-Lei nº 65/2019 não é o fim do caminho. Não! Na continuação de luta por justiça e pela defesa dos direitos dos profissionais que representam, as estruturas signatárias reforçam a necessidade de se manter a determinação e a união em torno deste, e de outros, combates, lembrando que está em curso uma petição pública (<https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT92747>) que pode, e deve, ser assinada por todos os cidadãos que se solidarizem com esta causa.

As associações profissionais de militares (ANS, AOFA e AP), a associação de profissionais da Guarda Nacional Republicana (APG/GNR) e a associação de profissionais da Polícia Marítima (ASPPM), convictos de que é necessário **continuar a lutar por uma causa justa**, não deixarão de procurar todos os caminhos que venham ajudar a encontrar os meios para corrigir as consequências do tempo de congelamento na progressão das carreiras dos profissionais destes sectores!

ANS - Associação Nacional de Sargentos

APG/GNR - Associação dos Profissionais da Guarda

AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas

ASPPM – Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima

AP - Associação de Praças

ANS - Associação Nacional de Sargentos - R. Barão de Sabrosa, 57 - 2º, 1900-088 Lisboa • Tel: 218 154 966 • Tlm: 938 850 481 • E-mail: contacto@ans.pt

APG/GNR - Associação dos Profissionais da Guarda - Rua Conde de Redondo, 74, 3º, 1150-109 Lisboa • Tel: 218 470 119 • Fax: 218 470 156 • E-mail: geral@apg-gnr.pt

AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas – Avenida Bulhão Pato, 7, 1º, 2825-846 Trafaria • Tel: 214 417 744 • Fax: 214 406 802 • E-mail: geral@aofa.pt

ASPPM – Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima – Av. de Ceuta Norte, Lote 14, Loja 1, 1350-410 Lisboa • Tel: 213 649 707 • Fax: 213 649 707 • E-mail: geral@asppm.pt

AP - Associação de Praças - Rua Varela Silva, Lote 12, Loja B, 1750-403 Lisboa • Tel: 217 552 939 • E-mail: geral@apracas.pt